

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Estruturada para atender clientes locais e estrangeiros, a Bradesco Corretora destaca-se como uma das mais atuantes do mercado brasileiro, com significativa participação nos mercados de Renda Variável e Renda Fixa.

A Bradesco Corretora oferece aos seus clientes um serviço completo de análise de investimento com cobertura dos principais setores e empresas do mercado brasileiro e também na América Latina. Nossa equipe de analistas é composta por especialistas setoriais (analistas seniores e assistentes), que divulgam suas análises aos clientes de modo equitativo, por meio de relatórios de acompanhamento e guias de ações, com ampla base de projeções e múltiplos de comparação. Possui também uma equipe própria de economistas dedicada às demandas específicas dos clientes, focado no mercado de ações. São enviados mensalmente relatórios, em português e inglês, para os mais importantes investidores nos EUA, Europa e Ásia, além do Brasil.

Mais do que os produtos tradicionais, na Bradesco Corretora os clientes têm à disposição produtos adequados para todos os perfis de investidor, como: Ações, Títulos do Tesouro Direto, Ofertas Públicas, Soluções em Derivativos e outros títulos isentos de tributação, como Debêntures, CRI, CRA, entre outros.

Em sua área de varejo, deu sequência ao processo de qualificação do atendimento aos clientes, pessoa física, interessados em produto de Renda Variável e Renda Fixa, promovendo o treinamento de pessoal e investimentos nos sistemas que subsidiam as suas atividades. Possui pontos de atendimento, os Espaços Bradesco Corretora, distribuídos pelo território nacional, criados especialmente para orientar os clientes interessados em investir no mercado financeiro.

As atividades internacionais, conduzidas por meio dos escritórios de Nova York, Londres e Hong Kong mantêm um número significativo de clientes institucionais ativos, configurando um incremento na participação de mercado do Bradesco junto aos investidores globais. Desenvolvemos uma intensa agenda de *Road Shows* com analistas e com empresas de capital aberto, organizando reuniões com investidores institucionais nos principais centros financeiros dos Estados Unidos, Europa e Ásia, incluindo Nova York, Boston, Washington, Chicago, Los Angeles, Londres, Edimburgo, Frankfurt, Singapura e Paris.

No exercício de 2016, a Bradesco Corretora ficou na 7ª posição do *ranking* dos mercados de renda variável da BM&FBovespa, dentre as 65 corretoras participantes. Atendeu 143.481 investidores e executou 12.208.111 ordens de compra e venda de ações, o que resultou em um volume financeiro de R\$ 171,0 bilhões no período.

O Bradesco *Home Broker*, que permite ao cliente a compra e venda de ações pela *Internet*, obteve a cifra de R\$ 14,6 bilhões em volume negociado no Mercado à Vista da BM&FBovespa no exercício de 2016, com o total de 3.513.773 ordens recebidas. Destas, 1.103.109 foram executadas, ocupando a 15ª posição do *ranking* anual das corretoras *Home Broker* nos mercados da BM&FBovespa.

No acumulado do exercício de 2016, a Bradesco Corretora negociou 25.421 contratos nos mercados futuros da BM&FBovespa, com volume financeiro de R\$ 2,2 trilhões, classificando-se na 14ª posição do *ranking* financeiro das 44 corretoras participantes.

O Lucro Líquido no exercício, somou R\$ 175,9 milhões, proporcionando uma rentabilidade anualizada equivalente a 10,72% do Patrimônio Líquido de R\$ 1,6 bilhão e os Ativos Totais somaram R\$ 3,2 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes pelo apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.213.418	2.370.803	CIRCULANTE	1.490.272	1.841.496
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	632	621	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.490.272	1.841.496
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	639.498	1.266.066	Sociais e Estatutárias	59.500	141.314
Aplicações no Mercado Aberto	639.498	1.266.066	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	94.404	49.204
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 6a e 6b)	983.043	444.415	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 7)	1.245.543	1.610.181
Carteira Própria	983.041	444.403	Diversas (Nota 13b)	90.825	40.797
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	12	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	33.588	4.044
OUTROS CRÉDITOS	588.769	658.981	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.588	4.044
Rendas a Receber (Nota 8a)	8.862	6.446	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	2.493	2.396
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 7)	559.253	646.854	Diversas (Nota 13b)	31.095	1.648
Diversos (Nota 8b)	22.899	7.985	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	1.640.434	894.888
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8c)	(2.245)	(2.304)	Capital:		
OUTROS VALORES E BENS	1.476	720	- De Domiciliados no País	1.090.000	450.000
Despesas Antecipadas	1.476	720	Reservas de Lucros	550.377	444.465
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	905.192	332.652	Ajustes de Avaliação Patrimonial	57	423
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 6a e 6b)	822.539	267.519	TOTAL	3.164.294	2.740.428
Carteira Própria	266.010	11.718			
Vinculados à Prestação de Garantias	556.529	255.801			
OUTROS CRÉDITOS	82.653	65.133			
Diversos (Nota 8b)	82.653	65.133			
PERMANENTE	45.684	36.973			
INVESTIMENTOS	21.245	21.768			
Participações em Coligadas:					
- No País (Nota 9a)	20.572	21.095			
Outros Investimentos (Nota 9b)	2.732	2.732			
Provisões para Perdas	(2.059)	(2.059)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.675	2.916			
Outras Imobilizações de Uso	7.196	8.659			
Depreciações Acumuladas	(4.521)	(5.743)			
INTANGÍVEL (Nota 11)	21.764	12.289			
Ativos Intangíveis	34.873	18.159			
Amortização Acumulada	(13.109)	(5.870)			
TOTAL	3.164.294	2.740.428			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 2015	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	145.961	274.659	186.931
Operações de Crédito	17	65	118
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	145.944	274.594	186.813
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	43	241	460
Operações de Empréstimos e Repasses	37	127	319
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	6	114	141
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	145.918	274.418	186.471
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(44.471)	(7.974)	28.272
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	122.695	248.477	185.092
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(66.794)	(104.040)	(70.378)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(52.831)	(86.211)	(65.676)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(18.564)	(36.875)	(26.913)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	983	1.914	1.667
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	4.938	8.754	8.257
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(34.898)	(39.993)	(3.777)
RESULTADO OPERACIONAL	101.447	266.444	214.743
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(6)	(88)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	101.447	266.438	214.655
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(16.756)	(90.526)	(76.311)
Provisão para Imposto de Renda	(21.662)	(59.040)	(47.427)
Provisão para Contribuição Social	(18.783)	(49.165)	(31.204)
Ativo Fiscal Diferido	23.689	2.320	2.320
LUCRO LÍQUIDO	84.691	175.912	138.344
Número de ações (Nota 14a)	972.586.238	972.586.238	576.560.685
Lucro por lote de mil ações em R\$	87,08	180,87	239,95

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco Corretora" ou "Instituição") tem por objetivo principal intermediar operações de ações e de contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, atuando também na custódia de títulos e valores mobiliários, é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, tais como às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas das operações, as quais são estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta rebaçada dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método experimental. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros. As correlações sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes;
- Devedores/Cretores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre obrigações temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de imposto e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos contingentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e sistema de segurança e comunicação - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Corresponde aos direitos contingentes que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas		
Saldos em 30.6.2016	590.000	46.350	488.469	336	(41)	-	1.125.114
Aumento de Capital em Espécie (Nota 14)	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(282)	44	-	(238)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	84.691	84.691
Destinações: - Reservas	-	4.235	11.323	-	-	(15.558)	-
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
- Reversão de Dividendos do 1º Semestre/2016	-	-	-	-	-	867	867
Saldos em 31.12.2016	1.090.000	50.585	499.792	54	3	-	1.640.434
Saldos em 31.12.2014	281.000	34.872	321.563	182	-	-	637.617
Aumento de Capital com Reserva (Nota 14)	49.000	-	(49.000)	-	-	-	-
Aumento de Capital em Espécie (Nota 14)	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	241	-	-	241
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	138.344	138.344
Destinações: - Reservas	-	6.917	130.113	-	-	(137.030)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.314)	(1.314)
Saldos em 31.12.2015	450.000	41.789	402.676	423	-	-	894.888
Aumento de Capital em Espécie (Nota 14)	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Aumento de Capital com Dividendos Declarados (Nota 14)	140.000	-	-	-	-	-	140.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(369)	3	-	(366)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	175.912	175.912
Destinações: - Reservas	-	8.796	97.116	-	-	(105.912)	-
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31.12.2016	1.090.000	50.585	499.				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	1 a 30 dias			31 a 180 dias			181 a 360 dias			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	2016	2015	
Títulos para negociação (3)	563.904	981.576	981.576	-	441.953	-	-	-	-	-	
Letras do tesouro nacional	551.305	551.305	551.305	-	-	-	-	-	-	-	
Letras financeiras do tesouro	-	345.213	345.213	-	223.033	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras	-	61.085	61.085	-	76.852	-	-	-	-	-	
Debêntures	-	11.374	11.374	-	11.858	-	-	-	-	-	
Certificados de depósito bancários	-	-	-	-	32	-	-	-	-	-	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	119.168	-	-	-	-	-	
Outros	12.599	-	-	-	11.010	-	-	-	-	-	
Títulos disponíveis para venda (4)	807	823.199	823.199	90	269.981	705	269.981	705	269.981	705	
Letras financeiras do tesouro	-	822.539	822.539	(53)	266.908	(193)	266.908	(193)	266.908	(193)	
Ações	807	-	-	(37)	2.132	257	2.132	257	2.132	257	
Moeda de privatização	-	660	660	660	611	611	611	611	611	611	
Outros	-	-	-	-	330	30	330	30	330	30	
Total em 2016	564.711	1.805.582	1.805.582	90	711.934	705	711.934	705	711.934	705	
Total em 2015	133.920	1.805.582	1.805.582	90	711.934	705	711.934	705	711.934	705	

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Bradesco Corretora possuía R\$ 968.741 mil (2015 - R\$ 441.940 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Em 2016 e 2015, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	140.516	97.442
Títulos de renda fixa	136.167	90.724
Títulos de renda variável	(2.089)	(1.353)
Total	274.594	186.813

d) A Bradesco Corretora não possuía operações próprias com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

7) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Outros créditos	Outras obrigações
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	559.158	1.034.796
Caixa de registro e liquidação	95	125.213
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	85.534
Total	559.253	1.245.543

8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços prestados - Taxa de custódia e de administração	8.537	6.313
Comissões e corretagens	300	105
Dividendos	25	28
Total	8.862	6.446

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (1)	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
	2016	2015	Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda.	1.756	2.681	-	-	9	0,541537	15	13	1	1
Japira Holdings S.A.	896.314	1.697.067	13.219	-	-	1,211325	20.557	-	273	-
STVD Holdings S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	21.082	1.640	1.666
Total	898.070	1.700.748	13.219	-	-	-	20.572	21.095	1.914	1.667

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Investimento foi incorporado pela Japira Holdings S.A. em 31.10.2016.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ações e cotas	28	28
Investimentos por incentivos fiscais	2.701	2.701
Títulos patrimoniais	2	2
Obras de arte	1	1
Subtotal	2.732	2.732
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(2.059)	(2.059)
Total	673	673

10) IMOBILIZADO DE USO
Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Taxa	Custo
Móveis e equipamentos de uso/instalações	10%	3.576 (2.477)
Sistema de processamento de dados	20%	3.067 (1.804)
Sistema de segurança e comunicação	10%	553 (240)
Total em 2016	7.196	(4.521)
Total em 2015	8.659	(5.743)

11) INTANGÍVEL
Os valores dos custos líquidos de amortizações com gastos de desenvolvimento de software correspondem a R\$ 20.555 mil (2015 - R\$ 11.089 mil) e de aquisição de software a R\$ 1.209 mil (2015 - R\$ 1.200 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 13.109 mil (2015 - R\$ 5.870 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos a tese:
IRPJ - R\$ 1.734 mil (2015 - R\$ 1.663 mil): pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da empresa.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Início do exercício de 2016	1.359	289	2.396
Constituições líquidas de reversões	2.060	7.619	-
Atualização monetária	1.264	13	97
Pagamentos	(925)	(401)	-
No final do exercício de 2016 (Nota 13)	3.758	7.520	2.493

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: A autuação fiscal IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (BM&FBovespa), no ano calendário de 2007 que, atualizada no exercício de 2016 corresponde a R\$ 34.383 mil (2015 - R\$ 31.904 mil), e Autuação de PIS e COFINS sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (BM&F e Bovespa) no ano-calendário de 2008 cujo total monta em R\$ 48.749 mil (2015 - R\$ 44.905 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	76.047	42.053
Impostos e contribuições a recolher	13.543	4.476
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22c)	4.814	2.675
Provisões fiscais (Nota 12b)	2.493	2.396
Total	96.897	51.600

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões para pagamentos a efetuar (1)	85.719	40.797
Provisão para ressarcimentos (2)	20.600	-
Provisão para passivos contingentes (Nota 12b)	11.278	1.648
Outros	4.323	-
Total	121.920	42.445

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados de empregados no montante de R\$ 43.910 mil (2015 - R\$ 30.426 mil); e

(2) Refere-se a provisão para perdas, decorrente de operações com derivativos de ações.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 1.090.000 mil (2015 - R\$ 450.000 mil) totalmente subscrito e integralizado é representado por 972.586.238 (2015 - 576.560.685) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	576.560.685	485.274.572	450.000	281.000
Aumento de capital com reserva AGO/E (1)	-	-	-	49.000
Aumento de capital em espécie AGE (2)	-	91.286.113	-	120.000
Aumento de capital com dividendos declarados AGO/E (3)	90.190.250	-	140.000	-
Aumento de capital em espécie AGE (4)	46.735.616	-	80.000	-
Aumento de capital em espécie AGE (5)	259.099.687	-	420.000	-
Saldo em 31 de dezembro	972.586.238	576.560.685	1.090.000	450.000

(1) Em 21 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 24 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 49.000 mil, sem emissão de ações;

(2) Em 4 de agosto de 2015, o BACEN homologou a AGE de 31 de julho de 2015 que deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 120.000 mil, mediante a emissão de 91.286.113 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;

(3) Em 9 de junho de 2016, o BACEN homologou a AGO/E de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, proveniente de dividendos declarados no montante de R\$ 140.000 mil, mediante a emissão de 90.190.250 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;

(4) Em 8 de setembro de 2016, o BACEN homologou a AGE de 2 de setembro de 2016 que deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 80.000 mil, mediante a emissão de 46.735.616 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; e

(5) Em 3 de outubro de 2016, o BACEN homologou a AGE de 26 de setembro de 2016 que deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 420.000 mil, mediante a emissão de 259.099.687 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia	61.626	52.273
Créditos tributários (Nota 22c)	33.809	16.130
Pagamentos a ressarcir	5.257	1.385
Títulos e créditos a receber	2.245	2.304
Impostos e contribuições a compensar	1.985	431
Outros	630	595
Total	105.552	73.118

c) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	2.304	2.261
Constituição	114	141
Baixas para prejuízo	(173)	(98)
Saldo final	2.245	2.304
- Provisão específica	7	64
- Provisão genérica	-	2
- Provisão sem característica de operações de crédito	2.238	2.238

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	550.377	444.465
- Reserva legal (1)	50.585	41.789
- Reserva estatutária (2)	499.792	402.676

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	175.912	138.344

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.800 mil (2015 - R\$ 2.000 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.600 mil (2015 - R\$ 2.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	4.000	1.766
Contribuição ao INSS.....	900	397
Total	4.900	2.163

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.839	1.799
Total	1.839	1.799

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	266.438	214.655
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(119.897)	(96.595)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.967)	(1.862)
Participações em coligadas.....	861	750
Créditos tributários líquidos do passivo diferido (2).....	-	791
Juros sobre o capital próprio pagos.....	31.500	-
Outros valores.....	(23)	20.605
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(90.526)	(76.311)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15 líquido do passivo diferido; e

(2) Constituição de crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devido.....	(108.205)	(78.631)
Impostos diferidos		
Constituição/(Realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	17.679	2.320
Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15		
Total dos impostos diferidos.....	17.679	2.320
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(90.526)	(76.311)

Aos Administradores e aos Acionistas da

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2015	Saldo em 31.12.2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.006	974
Provisões civis.....	117	10.935
Provisões fiscais.....	249	287
Provisões trabalhistas.....	569	1.503
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	785	785
Provisão para participação nos lucros/gratificações.....	12.170	18.541
Outros.....	1.234	784
Total dos créditos tributários (Nota 8b).....	16.130	33.809
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a).....	2.675	4.814
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	13.455	28.995

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3f).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017.....	15.045	9.070	24.115
2018.....	2.967	1.823	4.790
2019.....	2.967	1.823	4.790
2020.....	33	24	57
2021.....	33	24	57
Total	21.045	12.764	33.809

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somaram R\$ 32.833 mil (2015 - 15.712 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Corretora foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.814 mil (2015 - R\$ 2.675 mil) relativas a juros sobre depósitos judiciais. Inclui, em 2015, o montante de R\$ 171 mil, relativo à majoração da alíquota da CSSL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Bradesco Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SPAndré Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2